ENTREVISTA

Senador Pedro Taques

Trabalho escravo passa a ser crime hediondo no novo Código Penal

PÁGINA 7

Ano VII nº 76 – OUTUBRO – 2012

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ANPT participa de audiência pública que discute a precarização nas relações de trabalho no Brasil

Projetos de Lei (PLs) que precarizam os direitos dos trabalhadores em tramitação no Congresso Nacional, como, por exemplo, os que regulamentam a terceirização, o que institui o Código de Trabalho e o que trata do chamado "simples trabalhista", foram discutidos por representantes de diversas entidades, entre elas a ANPT.

PÁGINA 5

Foto: Ascom/ANPT

Foto: STF

Novo Mandado de Injunção é ajuizado no STF

Foi ajuizado pela ANPT, dia 5 de setembro, um novo Mandado de Injunção (MI) no Supremo Tribunal Federal (STF). O documento trata da omissão legislativa do Congresso Nacional em não apreciar o Projeto de Lei nº 2198/2011, que aborda a recomposição do valor dos subsídios do Procurador-Geral da República, com reflexos na remuneração dos membros do Ministério Público da União (MPU).

PÁGINA 3

SUBSÍDIOS

Articulação com deputados tem continuidade

Página 3

TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA

MPT/BA discute estratégias de luta e enfrentamento

Página 5

Caro Associado,

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em sua busca pela recomposição do valor dos subsídios e de valorização do Ministério Público, vem mantendo articulações junto ao Congresso Nacional no sentido de serem discutidos e aprovados os Projetos de Lei (PLs) que tratam dos subsídios do procurador-geral da República e dos membros do Ministério Público da União (MPU). Ainda nesta linha de atuação, a ANPT ajuizou no dia 5 de setembro novo Mandado de Injunção no Supremo Tribunal Federal (STF) tendo em vista a omissão legislativa do Congresso Nacional relativamente à apreciação do PL 2198/2011 que trata da matéria.

É também intensa a atuação da ANPT na questão que envolve o respeito aos direitos sociais indisponíveis. A precarização das relações de trabalho por meio da terceirização foi tema de seminário importante na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia, em que a Associação se fez presente. Ainda sobre a questão da precarização e da flexibilização, a ANPT compareceu à audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Na oportunidade, foram abordados os PLs que regulamentam a terceirização, o Código do Trabalho e o "Simples Trabalhista".

Outro importante tema que vem sendo acompanhado pela ANPT e demais associações representativas de membros do Ministério Público diz respeito aos critérios de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal. A PEC 44/2012 altera a Constituição no sentido de serem os ministros escolhidos pelo Senado Federal. O tema é de muita relevância e merece a atenção de todos.

A ANPT teve oportunidade, ainda, de expor aos procuradores-chefes e representantes de PTMs presentes no Curso de Formação e Capacitação de Gestores, promovido pelo MPT, sua atuação em inúmeras matérias de interesse da categoria, ressaltando, na ocasião, que com a capacitação dos membros ganha não só a instituição, mas a sociedade como um todo.

Por fim, a ANPT continua investindo no estreitamento de laços com as demais associações, notadamente nas matérias comuns, que possam ser trabalhadas em parceria. O processo judicial eletrônico, por exemplo, foi tema de reunião com a diretoria eleita da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT), em recente visita à ANPT.

A entidade reafirmou, também, o seu apoio à campanha contra a violência, criada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e que deverá propor ações que visam à melhoria dessa temática no país.

Boa leitura!

Diretoria da ANPT.

CURTAS

Campanha contra violência

A conselheira CNMP, Taís Ferraz, apresentou, dia 26 de setembro, a campanha "Paz. Essa é atitude", ocasião em que pediu o apoio das entidades estaduais e nacionais do Ministério Público para a sua divulgação. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esteve presente na reunião, acompanhado de representantes de outras entidades associativas.

A campanha é fruto da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) e tem como objetivo reverter a situação de violência no Brasil. De acordo com dados da ONU, o Brasil ocupa a primeira posição mundial em número de homicídios. A conselheira pediu apoio das entidades para a capilarização da campanha, a fim de que ela alcance todas as regiões do país.

Procuradora participa de banca de concurso para juiz

Foto: Ascom/MPT/MG

A procuradora do Trabalho Lutiana Nacur Lorentz participou da banca examinadora do concurso para juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região em Minas Gerais (TRT-MG). Segundo a procuradora, essa é a primeira vez que um procurador do Trabalho participa como membro da banca em concurso de juiz do Trabalho no Estado de MG. Na foto, a associada da ANPT ao lado da presidente do TRT-MG, Deoclécia Amorelli Dias.

Procurador recebe homenagem da APADA

A luta pela inserção de jovens com deficiência auditiva rendeu ao procurador Regional do Trabalho Manoel Jorge, que atua na PRT-Bahia, uma homenagem da Associação de Pais e Amigos com Deficiência Auditiva (APADA). Um café da manhã com direito a batismo de sala com nome do procurador e placa de reconhecimento marcaram a celebração que aconteceu na sede da instituição, dia 27 de setembro, no bairro do Rio Vermelho.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Morais do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonego Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, *Site*: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT ajuíza novo mandado de injunção no STF

Foto: Comunicação STF

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) protocolizou dia 5 de setembro, no Supremo Tribunal Federal (STF), novo Mandado de Injunção (MI) que trata da omissão legislativa do Congresso Nacional em não apreciar o Projeto de Lei nº 2198/2011, o qual aborda a questão referente à recomposição do valor dos subsídios do procurador-geral da República, com reflexos na remuneração dos membros do Ministério Público da União (MPU). O PL prevê uma reposição de 4,8%, a incidir sobre o valor atual do subsídio revisado em 14,79% (percentual previsto no PL nº 7753/2010) e já tramita na Câmara dos Deputados desde o ano passado, mas até agora sem apreciação do Legislativo.

De acordo com o presidente das ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o ajuizamento do novo MI foi discutido com as demais entidades de classe representativas de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, que concordaram ser pertinente, inclusive sob o aspecto estratégico, a adoção da medida de forma conjunta. Já no dia 14 de setembro, o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, impetrou Mandado de Segurança no STF referente ao corte orçamentário feito pelo Poder Executivo em relação ao orçamento do MPU, inclusive em relação aos percentuais previstos para a recomposição inflacionária do valor dos subsídios de seus membros. Ao enviar o projeto de lei orçamentária anual (PLOA) de 2013 ao Congresso no final de agosto, a presidente da República, Dilma Rousseff, desconsiderou a reposição de 29,53% prevista na proposta orçamentária encaminhada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O PLOA estabelece apenas pouco mais de 5% de reajuste para o próximo ano – o que é equivalente à primeira parcela dos 15,8% oferecidos pelo governo Federal.

Secretário-geral do MPU recebe visita da ANPT

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, estiveram reunidos no dia 27 de setembro com o secretário-geral do Ministério Público da União (MPU), Lauro Cardoso. Durante o encontro, foram discutidos diversos temas de interesse da categoria, principalmente a questão envolvendo a nomeação de servidores para o Ministério Público do Trabalho (MPT), questões orçamentárias, dentre outras.

O grupo conversou, também, sobre a Portaria que seria publicada no dia seguinte, dispondo sobre o pagamento de diárias e passagens aos membros do MPU. A portaria, inclusive, leva em consideração questões que foram objeto de questionamento judicial por parte da ANPT, a exemplo do não fracionamento de diárias, e já teve sentença, com antecipação dos efeitos da tutela, na própria sentença prolatada, reconhecendo os pleitos e acatando a tese da Associação.

PLs dos subsídios constituem tema de reunião com deputados

Foto: ASCOM CONAMP

Deputado Antônio Andrade conversa com os presidentes da ANPT e da Conamp

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, juntamente com o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Jr., esteve dia 5 de setembro no Congresso Nacional para dar continuidade à articulação junto aos parlamentares acerca dos Projetos de Lei (PLs) que tratam da recomposição do valor dos subsídios do procurador-geral da República e dos membros do Ministério Público.

Azevedo Lima conversou, na ocasião, com o deputado Antônio Andrade (PMDB/MG), presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde se encontram os PLs nº 7753/2010, 2198/2011 e o 4358/2012, que estão apensados e sob a relatoria do deputado Aelton Freitas (PR/MG). Outros deputados também foram contatados na busca de apoio ao pleito do Ministério Público, entre eles Nelson Marquezelli (PTB/SP) e Arthur Oliveira Maia (PMDB/BA).

O PL n.º 4.358/12 encaminhado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, dia 31 de agosto, à Câmara dos Deputados, prevê a revisão do subsídio mensal do PGR em 7,12% a partir de 1º de janeiro de 2013, sem prejuízo dos PLs 7753/2010 (que trata da reposição de 14,79%) e 2198/2011 (o qual prevê recomposição da ordem de 4,8%). Por tratar de assunto correlato, foi anexado aos outros dois que já foram aprovados na Comissão de Trabalho e aguardam parecer e votação na Comissão de Finanças e Tributação.

PEC que altera critérios de escolha dos ministros do STF é tema de reunião com senador

Presidentes de entidades associativas do Ministério Público da União, entre eles o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, estiveram reunidos, dia 12 de setembro, com o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Eles conversaram sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 44/2012, que altera a Constituição Federal para determinar que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) sejam escolhidos pelo Senado Federal após formação de lista sêxtupla formada por dois indicados do Ministério Público, dois indicados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um pela Câmara dos Deputados e um pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Fotos: Ascom/ANPT

Presidentes das entidades associativas com o senador Cristovão Buarque

Segundo os representantes das entidades associativas, é salutar à adoção de medidas que visem, sempre, à democratização do processo de escolha dos membros da Suprema Corte. Para eles, uma alteração que precisa ser providenciada é que os indicados pelo Ministério Público, a exemplo daqueles indicados pela magistratura (cuja indicação provém do CNJ, segundo a proposta), sejam indicados pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e não pelos Conselhos Superiores de nenhum dos ramos do MP isoladamente considerados. O senador Cristovam Buarque mostrou-se receptivo ao pleito das entidades associativas do MP.

Em seguida, o presidente da ANPT também conversou a respeito do tema com o senador Eduardo Amorim (PSC-SE), o qual concordou com a questão que havia sido tratada na reunião com o autor da PEC.

II Curso de Formação e Capacitação de Gestores do MPT tem presença da ANPT

Teve inicio dia 17 de setembro, na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília, o II Curso de Formação e Capacitação de Gestores, voltado exclusivamente para procuradores-chefes e coordenadores de Procuradorias do Trabalho em Municípios (PTMs), titulares e substitutos. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da abertura do evento, juntamente com a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas.

Foto: ASCOM ANPT

Mesa de abertura do curso de gestão

Para Azevedo de Lima, é imprescindível a capacitação na temática, "até porque somos nós, procuradores e procuradoras, os responsáveis pela gestão das unidades em que atuamos de maneira que precisamos nos aperfeiçoar para o desempenho de tais tarefas da melhor maneira possível", enfatizou. O procurador destacou, ainda, que "o maior beneficiado quando da melhoria do trabalho prestado pela instituição é a própria sociedade, efetiva destinatária da atuação dos membros do MPT".

O presidente da ANPT falou, também, sobre a atuação da entidade em algumas searas, como no caso da recente revisão, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), da Orientação Jurisdicional (OJ) 130, segundo a qual, a partir de agora, quando o dano causado ao trabalhador tiver extensão suprarregional ou nacional, qualquer das varas do Trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho poderá apreciar o caso, competindo ao juízo a quem a primeira ação for distribuída decidir a questão. Segundo ele, a alteração é resultado do trabalho de integrantes da instituição em todo o país e a ANPT encaminhou manifestação formal à presidência do TST recentemente, solicitando o cancelamento da OJ nº 130/SDI-2 ou, alternativamente, a revisão do seu texto, para adotar solução mais consentânea com o disposto no art. 2º e parágrafo único da Lei da Ação Civil Pública, afastando-se a incidência analógica do controvertido art. 93 do Código de Defesa do Consumidor.

A proposta de Emenda à Constituição (PEC) 44/2012 que altera a Constituição Federal para determinar que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) sejam escolhidos pelo Senado Federal após formação de lista sêxtupla formada por dois indicados do Ministério Público, dois indicados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um pela Câmara dos Deputados e um pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também, foi comentada pelo representante da ANPT, entre outros temas.

Precarização nas relações de trabalho no Brasil é discutida em audiência pública no Senado

Foto: Ascom/MPT

Presidente da ANPT durante a audiência pública

Foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), dia 6 de setembro, audiência pública, com a participação do presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, para debater a precarização das relações de trabalho no Brasil. Sob a coordenação do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), diversas autoridades discutiram, também, temas polêmicos em tramitação no Congresso Nacional, como os Projetos de Lei (PLs) que regulamentam a terceirização, que institui o Código de Trabalho e que trata do chamado "simples trabalhista".

Em relação ao PL 4.330/04, que regulamenta a terceirização, o presidente da ANPT ressaltou que, embora seja imprescindível uma normatização que freie a precarização das relações de trabalho, ela não pode acontecer em despeito da garantia de condições dignas de trabalho. Outro ponto levantado pelo procurador diz respeito à necessidade de uma isonomia de direitos entre terceirizados e trabalhadores "efetivos", além do correto enquadramento sindical, dentre outras questões.

Azevedo Lima comentou que o PL, ao não impor qualquer limitação à terceirização das atividades nucleares da tomadora de serviços, desconhece a realidade da legislação trabalhista e viola dispositivos constitucionais. "Não pode haver escolas sem professores, hospitais sem profissionais de saúde, bancos sem bancários, vindo a ser todos trabalhadores vinculados formalmente ao tomador dos serviços", completou.

Já sobre a questão da responsabilidade solidária, ele esclareceu que não é difícil de se ver e concluir, agora, na forma da nova regulamentação do Código Civil brasileiro, que a responsabilidade por ato de terceiro é objetiva e solidária.

Lembrou, ainda, que é importante inserir no substitutivo ao PL a adequação do enquadramento sindical, para viabilizar a organização dos trabalhadores e a luta por seus direitos e garantias.

Outro tema abordado foi o PL 951/2011, que institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal, também conhecido como Simples Trabalhista. Entre as críticas apresentadas pelo presidente da ANPT ao projeto destacam-se as questões concernentes à redução dos depósitos do FGTS para 2%, a fixação de horário normal de trabalho do empregado durante o gozo do aviso prévio, o parcelamento do 13º salário em até seis vezes, entre outras.

Sobre o PL que institui o Código de Trabalho, de autoria do deputado Silvio Serafim Costa (PTB/PE), Azevedo Lima disse que, sob o pretenso pretexto de minimizar os custos empresariais para competição comercial, o documento flexibiliza a legislação trabalhista nacional, ao incluir empregados mais "baratos" no mercado de trabalho. Por fim, ele afirmou que o PL foi um projeto apresentado sem debate com a sociedade, sem levar em consideração o que pensam as entidades associativas, a sociedade civil, centrais sindicais e o próprio governo. "Um projeto dessa amplitude precisaria de discussões muito maiores", enfatizou.

Seminário debate estratégias de luta e enfrentamento contra a terceirização ilícita

Foto: ASCOM MPT/BA

Diretor da ANPT em sua manifestação

Com o objetivo de ampliar as reflexões sobre o instituto da terceirização na seara das relações de trabalho foi realizado, dia 18 de setembro, o seminário "Terceirização: estratégias de luta e enfrentamento", na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), na Bahia. O diretor de Assuntos Legislativos da ANPT, Alberto Bastos Balazeiro, participou do evento promovido pela *IndustriALL Global Union*, que representa mais de 50 milhões de trabalhadores em 140 países, em parceria com o Sindiquímica (BA).

Segundo Balazeiro, os números afastam a falsa crença de que a terceirização importa em incremento na oferta de empregos, "principalmente quando utilizada como mero instrumento de intermediação de mão de obra, a terceirização ilícita é, sim, fonte de retirada de empregos. Por isso, é importante que o debate não fique restrito aos sindicatos, mas que seja ampliado aos empresários e parlamentares, para que novas leis e medidas sejam tomadas para combater essa prática", enfatizou.

Em relação ao tema, o diretor abordou o Projeto de Lei (PL) 4.330/04, que busca regulamentar a terceirização. Ressaltou também que o projeto em questão foi objeto de formulação de nota técnica pela ANPT, oportunidade em que a entidade apontou diversos dispositivos e conceitos inseridos ou omitidos no seu bojo, que podem ser prejudiciais aos direitos dos trabalhadores. "Precisamos de normas que freiem a precarização camuflada como se fosse terceirização, por meio de salários mais baixos, jornadas exaustivas e condições inseguras de trabalho", ponderou.

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA Consul/Brastemp	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o *site*: www.compracerta.com.br/corporativo Telefones: 4004-0019 ou 0800 722 0019 Tecle opção 3 e informe seu código: anpt7
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO Endereço: SHS Quadra 5 bloco E Brasília - DF - Telefone: 61 3322-4666	Desconto de 10% no almoço e 15% no jantar (apenas para filial Brasília)	O associado deverá fazer reserva pelo telefone 61 3322-4666.
Unibanco Telefone: (61) 3321-6661	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do *site* da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas	O associado deverá acessar o ***site*** www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado deverá procurar diretamente os consultores: Fernando Ekstein : 11 5643-3632 / 7831-3756; fermando.frostista@caoa.com.br Edilene Santos: 11 5643-3645 / 9166-4522 edilene.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (6,5%)	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e apresentar a carteira de afiliado da ANPT.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do *site* da ANPT para mais detalhes.
WAL-MART	Desconto de 5% em mais de sessenta mil produtos do *site*, além de 10% em diversas categorias.	Acesse www.walmart.com.br/anpt ou compre pelo televendas 3003-6000

Para conferir mais detalhes e os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do *site*. O endereço é www.anpt.org.br

ENTREVISTA

"Os desafios do novo Código Penal"

Relator do projeto do novo Código Penal, senador Pedro Taques, aborda as principais mudanças que deverão ocorrer no texto do documento. Destaca, também, que a nova proposta traz avanços consideráveis no trato do crime de trabalho escravo. Confira.

Foto: Assessoria Pedro Taques

Em sua opinião, a comissão de juristas formada para trabalhar no texto do novo Código Penal conseguiu atingir o seu objetivo? O novo texto está de acordo com a realidade atual, inclusive quanto às penas que estabelece?

Não há dúvidas de que a comissão de juristas atingiu seu objetivo. Como autor do requerimento que criou a Comissão, e também como cidadão, me orgulho da pluralidade de sua constituição e da forma transparente e responsável como os temas foram ali debatidos. Tudo foi discutido a portas abertas, a imprensa e a população participaram de todo o processo de reformulação. Claro que o anteprojeto não é perfeito, nem tínhamos essa pretensão. Erros existem e serão corrigidos pela comissão de senadores que agora aprecia as sugestões dos juristas. Estamos discutindo com a sociedade para corrigi-la e aprimorá-la.

Qual a sua expectativa em relação à votação desse Projeto? Acredita que o texto deva sofrer muitas modificações?

Eu acredito nos parlamentares brasileiros. Acredito que continuarão ouvindo a sociedade para concluir a reforma do Código Penal e se empenharão para votar o projeto no tempo regimental. Pensando justamente em ampliar o debate com o destinatário da lei, o cidadão, ampliamos o prazo para entrega de emendas ao projeto para o dia 5 de dezembro. As modificações ao projeto são normais e fazem parte do processo democrático. Seguramente devem acontecer, até mesmo para contribuir com seu aperfeiçoamento.

Quanto à questão do trabalho escravo, prevista tanto no atual Código Penal quanto no novo Código atualmente em trâmite no Senado, entende que ela foi tratada adequadamente no texto em discussão no Legislativo? Há riscos de se vir a discuti-la, inclusive quanto à sua conceituação, de maneira a favorecer os exploradores do trabalho escravo no Brasil?

O projeto em tramitação no Senado, sem dúvidas, trouxe avanços consideráveis no trato do crime de trabalho escravo ao classificá-lo como crime hediondo e dobrar a quantidade da pena mínima de dois para quatro anos, mantendo a pena máxima em oito anos. Agora, temos que tomar cuidado para não confundir o produtor rural digno, trabalhador, com exploradores do trabalho escravo. Por isso, o tipo penal deve ficar bem específico, não dando margens à arbitrariedade dos agentes do Estado. Isso é exigência constitucional. No entanto, parece-me necessário uma melhor reflexão a respeito da extinção do aumento de pena para os crimes cometidos contra menores e em razão de preconceito, dada a maior reprovabilidade social da conduta. A discussão a respeito do tema é esperada e decorre do próprio sentido de Democracia. Vivemos em um país democrático e não podemos fugir da discussão de temas sensíveis ou polêmicos. Mas acredito que o consenso final não colocará em risco a proteção, a liberdade pessoal e a dignidade do trabalhador em favorecimento a exploradores.

A PEC que trata da perda das propriedades em que se constatar a submissão de trabalhadores a condição análogas às de escravo, após tramitar na Câmara dos Deputados por longos anos, encontra-se no Senado. O que falta para a aprovação definitiva de tão importante PEC e quais os principais entraves relacionados à sua votação?

Por se tratar de PEC já aprovada no Senado e que agora regressa porque houve um substitutivo aprovado na Câmara, a meu ver, não deve ser uma proposição que ficará esquecida ou receberá uma tramitação alongada no Senado. Entretanto, não podemos atropelar as normas regimentais da Casa, cujas disposições exigem uma tramitação especial para PEC, com colheita de parecer da CCJ e discussão no Plenário em cinco sessões deliberativas em primeiro turno e três sessões em segundo turno. Para a aprovação da PEC e esquivar de entraves à sua votação é necessário apoio de líderes na reunião de pauta com a presidência para que seja incluída na Ordem do Dia do plenário assim que possível. Uma regulamentação mais específica em relação ao conceito de trabalho escravo e os procedimentos para a expropriação também ajudaria na aprovação da proposição, dirimindo temor de ruralistas sobre o alcance da norma.

Diretoria eleita da Abrat visita ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, receberam, dia 18 de setembro, na sede da Associação, visita da diretoria eleita para o biênio 2012/2014 da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat). O objetivo do encontro foi estreitar laços entre as duas entidades e discutir temas de interesse comum para ambas as categorias, a exemplo da questão do processo judicial eletrônico.

Foto: ASCOM ANPT

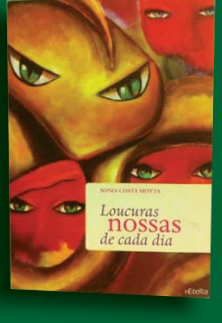
Grupo discutiu temas de interesse comum

Além do presidente e da vice-presidente da ANPT, participaram da reunião o presidente eleito da Abrat, Antonio Fabrício de Matos Gonçalves, o vice-presidente nacional, Nilton Correia, além de outros integrantes da nova diretoria da Abrat.

Convênio com Instituto Presbiteriano Mackenzie oferece descontos aos associados

Conveniados e seus dependentes diretos, inclusive cônjuge, terão, a partir de agora, desconto em cursos oferecidos pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, por meio da parceira entre a ANPT e a instituição. O desconto será de 10%, para pagamento até o dia do vencimento da mensalidade, inclusive na matrícula, em todos os cursos de pós-graduação *Lato Sensu, Stricto Sensu* e em cursos de extensão, ministrados nas unidades do Mackenzie em São Paulo, Alphaville, Campinas e Rio de Janeiro.

Para se inscrever no curso pretendido, o interessado tem que passar primeiro pelo processo seletivo. Já nas unidades de São Paulo, Alphaville e Brasília, o Mackenzie concederá descontos aos filhos dos associados, no período da vigência deste convênio, desde que faça a reserva de vaga e se matricule, de acordo com os prazos e as demais normas legais vigente. Para mais informações, o associado deverá entrar em contato com a secretaria da ANPT ou no Espaço do Associado no *site: www.anpt.org.br"*



Associada da ANPT lança livro de psicanálise

A associada da ANPT Sônia Motta lançou, dia 27 de setembro, o livro de psicanálise "Loucuras Nossas de Cada Dia". O evento aconteceu na livraria Cultura do shopping Casa Park, em Brasília.

Na obra, a autora cria 23 mulheres que falam de seus relacionamentos amorosos, desvairados, loucos, felizes ou trágicos, entrelaçando ficção e realidade, presente e passado. As mulheres, contemporâneas e personagens históricas, vivenciaram situações vexatórias, amaram pessoas completamente incompatíveis e se tornaram capachos ou deusas de seus parceiros.

Filme "Moendo Gente" mostra as condições de trabalho nos frigoríficos do Brasil

A rotina dos trabalhadores da indústria de abate de aves, suínos e bovinos envolve inúmeros riscos devido ao manuseio de instrumentos cortantes, a pressão por altíssima produtividade e, não raro, jornadas exaustivas em ambientes frios e insalubres. Nesse contexto, de mostrar a realidade vivenciada por diversos trabalhadores, a ONG Repórter Brasil produziu uma investigação onde apresenta os maiores problemas da indústria dos frigoríficos, um dos principais setores do agronegócio nacional. Atualmente, o setor emprega mais de 750 mil pessoas e, em 2011, chegou a exportar o equivalente a US$ 15,64 bilhões em carnes.

O Moendo Gente relata problemas em 24 plantas frigoríficas pertencentes às três principais empresas que abastecem nossos supermercados e fazem do país o líder mundial na exportação de proteína animal: *JBS, Marfrig e Brasil Foods*. Em 2011, a Repórter Brasil lançou um documentário mostrando o retrato do trabalho em frigoríficos, Carne Osso, que contou com o apoio da ANPT em sua realização. Acesse: *www.moendogente.org.br* e confira o filme.

Fonte: Repórter Brasil